

Feminismo, Marxismo e Anticomunismo: estratégias de mulheres na Democracia Racionada (1945-1956)

Guilherme Machado Nunes¹

Introdução

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a derrota do nazifascismo e o iminente fim do Estado Novo, o Brasil se organizava para a retomada (talvez o início?) de uma vida democrática. Em abril de 1945 os presos políticos do regime eram anistiados, e em outubro daquele ano o Partido Comunista do Brasil (PCB) conseguia enfim seu registro eleitoral, retornando à legalidade. A partir desse momento, o Partido adota como linha a “união nacional” contra o nazifascismo, apoiando um Constituinte com Vargas e defendendo, grosso modo, que os trabalhadores deveriam “apertar os cintos” e não fazer greves.²

Essa política não-sectária, somada ao prestígio da União Soviética após a Segunda Guerra, fez com que o PCB surgisse como uma força eleitoral considerável no pós-45. Seu candidato à presidência, Yedo Fiúza, fez quase 10% dos votos, e mais tarde o partido elegeu 15 deputados federais, além de Luís Carlos Prestes para o Senado, e nas eleições complementares do ano seguinte, entre deputados estaduais e federais, foram 69 eleitos, além da pouco lembrada eleição de Cândido Portinari para o Senado.

Nesse sentido, o PCB empreendia diversas tentativas de criação de frentes e associações, cabendo mencionar as sindicais, de intelectuais e as de mulheres. É sobre esta última empreitada, suas formas de atuação e os debates teóricos acerca do comunismo e do movimento de mulheres que emergiu com vitalidade entre os anos 1940 e 1950 que o presente trabalho tratará. Em um primeiro momento, será feita uma breve reconstituição sobre a luta das mulheres do final do século XIX para o XX, destacando suas principais bandeiras e suas relações – muitas vezes conflituosas – com o comunismo no Brasil; em seguida, serão apresentadas e analisadas algumas das associações ligadas ao PCB, destacando suas estratégias diante do anticomunismo característico do período.

Aproximações e distanciamentos

Talvez as três principais pautas das lutas das mulheres ao longo do século XX no Brasil tenham sido a questão do trabalho feminino, educação e voto. June Hahner, por exemplo, confere fundamental importância à luta das mulheres pelo voto e pela educação como “uma chave para a emancipação feminina e a melhoria de

¹ Licenciado, mestre e doutorando na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Sobre o movimento sindical nesse período e a atuação do PCB, ver NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores, Sindicatos e Política (1945-1964)*. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano vol III – O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013; MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003

status” no Brasil.³ Todos esses debates foram fortemente pautados pelas hierarquias de gênero e as ideias acerca dos papéis que cabiam à mulher naquela sociedade.

O movimento sufragista cresceu no início da República e, ao longo dos anos 1920, passou a ser aceito pela elite brasileira na medida em que emergia um discurso sobre o papel “moralizante e purificador” das mulheres na política.⁴ A bióloga e líder feminista Bertha Lutz, ao representar o Brasil na I Conferência Pan-Americana Feminina, em Baltimore, em 1922, se convence que o modelo estadunidense – mais conservador que o inglês, por exemplo – seria adequado à realidade brasileira.⁵ No mesmo ano, Lutz funda a Federação Brasileira para o Progresso Feminino.

Se por um lado o movimento crescia entre os mais elevados extratos sociais do Brasil, havia muita dificuldade de aproximação do movimento sufragista com as mulheres da classe trabalhadora. Ainda de acordo com Hahner, “a carência de indústrias, a falta de vagas no mercado de trabalho, a hostilidade de empregadores e do governo, as divisões regionais, as dissensões entre as etnias, o analfabetismo crônico”⁶ eram empecilhos para essa aproximação. Entre os movimentos organizados a dificuldade era ainda maior: as socialistas e comunistas denunciavam o movimento como de caráter acentuadamente burguês, enquanto as anarquistas sequer defendiam o voto.

O voto feminino é enfim regulamentado em 1932, mas é restrito apenas a mulheres alfabetizadas maiores de 21 anos. Ao mesmo tempo em que foi uma vitória das sufragistas, marginalizou ainda mais as mulheres operárias, uma vez que a grande maioria era composta por analfabetas que, pela legislação da época, não poderiam votar.⁷

Os debates em relação à luta pela instrução feminina foram amplos. A importância da educação, ao contrário do voto, não foi questionada por nenhum dos diversos setores e entidades feministas.⁸ No entanto, em um primeiro momento a educação feminina é pensada de maneira bastante higienista e naturalizadora dos papéis socialmente atribuídos às mulheres. Entre o final do século XIX e o início do XX, a educação deveria preparar as mulheres para seus papéis “naturais”, formando-as para a “*vida doméstica e familiar e, segundo, para ganhar a vida (em ocupação apropriada) se e quando isso se tornasse necessário.*”⁹

³ HAHNER, June. *Emancipação do Sexo Feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; Florianópolis: Editora Mulheres, 2003, p. 115.

⁴ Idem, p. 267-277. Vale mencionar que esse argumento também foi utilizado para justificar a exclusão das mulheres: “Ao contrário do homem, a mulher vivia primordialmente baseada em seus sentimentos. E essa natureza tão específica determinava suas atividades, que se deveriam limitar à família e ao lar. A mulher deveria ser o anjo confortador e a deusa do lar: gentil companheira do homem, mas nunca sua adversária na luta diária da vida.” Cf. HAHNER, *op. cit.*, p. 169.

⁵ Idem, p. 278.

⁶ Ibidem, p. 336.

⁷ BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 10. Segundo o Censo de 1920, enquanto quase 30 % dos homens eram alfabetizados, 19,9% das mulheres o eram. Cf. Idem, p. 26-27.

⁸ Cf. HAHNER, *op. cit.*, p. 134.

⁹ BESSE, *op. cit.*, p. 131.

Esse tipo de pensamento, legitimador e reificador da ordem vigente que pretendia manter a mulher “domesticada” e docilizada, também encontrou ecos no mundo do trabalho. Segundo Maria Valéria Junho Pena, da virada do século XIX para o XX, a enfermagem e principalmente o magistério se consagram como as grandes “vias de acesso respeitável no mercado de trabalho para uma jovem de classe média”.¹⁰ Entre as mulheres das classes populares, é no crescente sistema fabril que vai se dar, majoritariamente, o ingresso no mercado de trabalho formal e remunerado.¹¹

Se no final do século XIX o trabalho fabril feminino fora aceito como necessário à expansão industrial brasileira, o alvorecer do século XX presenciou uma mudança de mentalidade:

Enquanto os homens de sua classe se beneficiaram com a expansão industrial do início do século XX, conseguindo cargos de maior qualificação e melhor remuneração nas indústrias modernas, as mulheres permaneceram segregadas nas indústrias, em cargos menos qualificados e mais mal pagos, graças à associação entre preconceitos sociais a respeito das “aptidões naturais” das mulheres e dos papéis apropriados para elas, e às oportunidades educacionais limitadas, aos interesses econômicos dos empregadores (manter um estoque de operários a baixos salários) e à legislação protetora (que contribuía para manter a segmentação por sexo no local de trabalho).¹²

O contingente feminino nas fábricas aumentou após esse refluxo do início do século. Segundo Paul Singer, entre 1920 e 1940 o emprego da mão de obra feminina nas fábricas cresceu 53%.¹³ Cabe mencionar que o trabalho feminino entre as classes mais baixas não configuraria novidade alguma: desde os tempos da colônia é possível identificar mulheres que, uma vez libertas, assumiram funções “masculinas” no mundo do trabalho: Maria Odila Dias, por exemplo, mostra que, ainda entre o fim da Colônia e o início do Império, mulheres libertas assumiam papéis considerados masculinos com muita frequência, apontando a existência de mulheres tropeiras e comerciantes.¹⁴ As mulheres brancas (em sua maioria imigrantes ou descendentes destes) também trabalhavam desde antes nos setores industriais. O que de

¹⁰ PENA, Maria V. J. *Mulheres Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 114.

¹¹ É importante destacar os aspectos “formal” e “remunerado”. As mulheres negras, especialmente as vindas da escravidão, já trabalhavam na informalidade, especialmente como domésticas e outras ocupações ligadas à esfera da domesticidade. Ver, por exemplo, SAFFIOTI, Heleieth. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978; LARA, Silvia Hunold. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil*. *Revista Projeto História*, São Paulo, (16), Fev. 1998.

¹² BESSE, *Op. cit.*, p. 8-9.

¹³ In FRACCARO, Gláucia. *Os Direitos das Mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018, p. 27.

¹⁴ DIAS, Maria Odila. *Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

fato configurava novidade e preocupava aquela sociedade era o ingresso das mulheres de classe média, que colocavam em xeque o arranjo burguês de família, “*a qual exigia uma divisão sexual do trabalho*.”¹⁵

De qualquer forma, as particularidades dos arranjos laborais e a inserção da mulher nesse espaço, especialmente fabril, foram fundamentais nos embates entre o feminismo comunista – que não era chamado dessa forma por essa organização, aliás – e o feminismo de classe média, burguês, etc. Inicialmente, essa questão foi colocada pelas próprias protagonistas: até os anos 1960, mais ou menos, feminismo era sinônimo de feminismo liberal ou burguês, sofrendo diversas críticas das mulheres comunistas e anarquistas. Céli Pinto, por exemplo, defende essa separação ao afirmar que entre 1932 e 1970 “*foi um período de refluxo do movimento feminista*” e que após o Golpe do Estado Novo “*o movimento praticamente morre*”.¹⁶ Se por um lado a autora reconhece que “*houve momentos importantes de participação da mulher, como o movimento no início da década de 1950 contra a alta do custo de vida*”, Céli Pinto define esses movimentos como não sendo feministas, pois, segunda ela, não lutavam “*pela transformação da condição da mulher na sociedade*.”¹⁷

June Hahner, por sua vez, ao apresentar propostas e possibilidades diversas de atuação que poderiam ir desde o anarquismo de Maria Lacerda de Moura até o pragmatismo de Bertha Lutz,¹⁸ defende o uso do termo *feminismo* para todos os movimentos que, de alguma forma, foram protagonizados por mulheres e lutaram por melhores condições. Sobre isso, mais recentemente Gláucia Fraccaro apresenta uma perspectiva que trata as polêmicas e divisões como algo menos importante diante do que representou tal movimento, afirmando que “*O feminismo se constituiu, no País, como um campo político, permeado por disputas e diferentes projetos de emancipação que compuseram o repertório sobre direitos e justiça social*.”¹⁹

Partimos dessa última premissa: por mais que não se reivindicassem feministas naquele momento, as lutas das mulheres comunistas fazem parte da história do movimento feminista. O PCB, que se reivindicava o partido da classe operária, por algum tempo se posicionou no debate denunciando o feminismo liberal como sendo “pequeno-burguês” e, portanto, sem relação com as mulheres operárias. Segundo a filósofa Cinzia Arruzza,

Seria um erro achar que o encontro entre o feminismo e o movimento operário aconteceria naturalmente, sem contradições ou dificuldades. Em primeiro lugar, [...] o feminismo surgiu originalmente do resquício de liberdade proporcionada pelas revoluções burguesas e foi primeiro teorizado pela classe média e classe média alta. Em segundo lugar, cada movimento operário é filho de seu tempo e pensar que seus membros,

¹⁵ BESSE, *op. cit.*, p. 147.

¹⁶ PINTO, Céli R. J. *História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p.10.

¹⁷ Idem, p.11.

¹⁸ Para um balanço sobre essa discussão, ver ALVES, Iracélli da Cruz. Os movimentos feminista e comunista no Brasil: História, Memória e Política. *Revista Tempos Históricos*, v. 21, p. 107-140, 2017.

¹⁹ FRACCARO, Gláucia. *Os Direitos das Mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 84.

líderes e teóricos estariam naturalmente livres de preconceito, atitudes estereotipadas e resistência ao feminismo seria ilógico, um pensamento anacrônico. Por fim, ao lado desse contexto histórico maior, podemos acrescentar razões advindas de processos históricos específicos, como a degeneração burocrática da União Soviética e seu impacto no movimento operário internacional e na dinâmica interna dos grupos da Nova Esquerda nos anos 1960 e 1970.²⁰

Assim, se é preciso levar em contas as leituras e as disputas da época em torno das lutas das mulheres, também não se pode perder de vista que, ao seu modo, as mulheres comunistas, em um contexto bastante adverso, lutaram sim por um horizonte de emancipação feminina, sobretudo através de suas organizações. É sobre elas e as estratégias adotadas que trataremos a seguir.

Unões femininas e anticomunismo

Com o final do Estado Novo e a possibilidade de militância legal e às claras, as mulheres comunistas vão organizar uma série de associações a partir de 1945.²¹ No final do período ditatorial foram criados diversos Comitês de Mulheres pela Anistia, que acabaram transformando-se em Comitês de Mulheres para Democracia.²² A partir de então, começam a surgir diversas organizações de mulheres no interior ou próximas ao PCB – convém lembrar que, a partir de agora, as mulheres votariam. Para Eliane Rosa Garcia, “*as organizações de mulheres podem ter sido impulsionadas pelo crescimento da população e do eleitorado feminino, além do aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho.*”²³ No ano seguinte, 1946, seriam eleitas mulheres comunistas para assembleias legislativas estaduais,

²⁰ ARRIZZA, Cinzia. *Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. São Paulo: Usina Editorial, 2019, p. 69.

²¹ Não há espaço e nem é objetivo deste artigo tratar das associações anteriores a este momento. Para isso, ver MELO, Hildete Pereira de; RODRIGUES, C. La trayectoria de las mujeres comunistas brasileñas: una historia sin contar. In: Adriana Valobra; y Mercedes Yusta. (Org.). *Queridas Camaradas: Historias iberoamericanas de mujeres comunistas*. Buenos Aires: Mino y Dávila Editores, 2017; ALVES, Iracélli da Cruz. Mulheres, PCB e Feminismo: disputas e tensões (1930-1937). *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 25, n. 40, p. 435 – 452, dez. 2018, p. 440; NUNES, Guilherme M. União Nacinoal, sindical e continental: aproximações entre PCB e CTAL e o caso das Uniões Femininas no Brasil nos anos 1940. In: Norberto Ferreras, Andrés Stagnaro e Laura Caruso. (Org.). *A Conexão OIT: problemas regionais do trabalho em perspectiva transnacional*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018, v. 1, p. 123-140.

²² MACEDO, Elza Dely Veloso. *Ordem na casa e vamos à luta!* Movimento de Mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia da Cunha – uma militante. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2001, p. 138-139.

²³ GARCIA, Eliane Rosa. *A ação legal de um partido ilegal: o trabalho de massa das frentes intelectual e feminina do PCB no Rio Grande do Sul (1947-1960)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999, p. 10.

como Adalgisa Cavalcanti em Pernambuco e Zuleika Alembert em São Paulo. Um ano depois surgiria o jornal *Momento Feminino*.²⁴

Fundado sob a iniciativa da vereadora Arcelina Mochel (PCB/DF), o jornal teve sua primeira edição em julho de 1947 e circulou até 1956 com tiragem de 10 mil cópias. Segundo Iracélli Alves, “*Até janeiro de 1948 foi às ruas semanalmente. Em 1949 tornou-se mensal, com quebras de regularidade. Em momentos especiais, saía mais de uma vez por mês, outras vezes ficava mais tempo fora de circulação.*”²⁵ Apesar da grande participação de muitas outras comunistas além de sua fundadora, o jornal tinha entre suas colaboradoras mulheres de outras correntes políticas,²⁶ o que indica que a política da “União Nacional” também parece ter tido impacto nessa empreitada.

O primeiro número do jornal traz como subtítulo “O jornal para o seu lar”. Se em um primeiro momento a frase pode remeter às demais revistas de costumes típicas das “Mulheres dos anos dourados”, logo na primeira página encontramos o seguinte editorial escrito por Mochel:

No que concerne aos meios de subsistência, aos gêneros alimentícios cada vez mais escassos, à carestia de vida, aí repousa a maior preocupação das mulheres; aí está o ponto culminante de sua luta organizada, porque todas compreendemos que é preciso vencer esta calamitosa transição por que o país atravessa e não se conquistam vitórias sem união, sem tenacidade, sem esperança e convicção.²⁷

Além de matérias e textos sobre as lutas das mulheres ao redor do país, o jornal trazia também alguns contos de escritoras como George Sand. A publicação exaltava, ainda, a atuação parlamentar das mulheres comunistas, nomeando suas parlamentares e apresentando a suas leitoras e leitores como atuavam essas mulheres – também havia, no entanto, espaço para costumes e moda, inclusive “para sua filhinha”²⁸ O quanto essa feminilidade era advogada como traço cultural ou como parte uma estratégia?

É importante levar em consideração o caráter que o anticomunismo assumiu no período. O anticomunismo não é novidade, mas, no Brasil, Rodrigo Patto Sá Mota aponta como “foi a ‘Intentona Comunista’, em novembro de 1935, a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo.”²⁹ Ao longo dos anos 1930, ainda, houve uma série de organizações, especialmente católicas,

²⁴ Encontra-se completo na Hemeroteca Digital Brasileira. Sobre Arcelina Mochel, que foi a editora do jornal durante toda sua existência e também uma das fundadoras da Frente de Mulheres do Brasil (FMB), em 1949, ver SHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 105 e 264.

²⁵ ALVES, Iracélli da Cruz. Nice Figueiredo, *Momento Feminino e o debate feminista no Brasil*. *Saeculum*, v. 40, p. 265-288, 2019, p. 266

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *O Momento Feminino*, Ano I, n. 1, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1947, p. 2.

²⁸ *O Momento Feminino*, Ano I, n. 3, Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1947, p. 6.

²⁹ MOTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese (Doutorado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000, p. 7.

dedicadas ao combate do “credo vermelho”, como os círculos operários católicos e a Ação Integralista Brasileira. O que muitas vezes é esquecido é que essas iniciativas adentraram os anos 1940 e aliam-se a um discurso fortemente ancorado na moral, na família e nos supostos bons costumes. Ao analisar o Partido da Representação Popular (PRP), herdeiro da AIB, Gilberto Calil aponta que “*O desfecho da guerra e a divulgação dos crimes do nazismo geravam um contexto claramente desfavorável para os movimentos de direita em geral e para os fascistas em particular*”³⁰, fazendo com que a tática quase que exclusiva desses movimentos fosse a denúncia do comunismo atrelada às suas práticas “antifamília”, “antiocidentais”, anticristãs.” É fundamental ter isso em mente para pensar as estratégias adotadas pelas mulheres comunistas nesse período, que, ao mesmo tempo em que tensionava as estruturas sociais do capitalismo brasileiro e passavam a ocupar cada vez mais espaços até então indisponíveis, reforçavam muitos dos ideais de feminilidade do período, como o seu lado maternal, a luta contra a carestia vinculada aos cuidados do lar, etc.

É difícil mensurar até que ponto a incorporação de padrões estabelecidos de feminilidade eram táticos ou não, mas várias fontes e situações indicam que havia em curso um processo de identificação de questões referentes às desigualdades de gênero. Como escreveu Elza Macedo: “*ir à luta mesmo que nos limites interpostos pelo estar na casa engendra um processo, lento mas gradual, de tomada de consciência de gênero.*”³¹ Talvez identificar uma suposta “consciência de gênero” não seja possível, mas certamente concordamos com Valentine Mercier, que identifica o período como “essencial para compreender a formação de uma identidade de gênero politizada e as modalidades de emergência de uma consciência coletiva.”³²

As tentativas de angariar os votos femininos aliadas à política de união nacional fez com que o partido voltasse suas atenções às mulheres com inédita intensidade. Elas não só ocupavam as páginas do *Momento Feminino* como também nas notícias sobre o direito feminino na União Soviética e homenagens às mulheres trabalhadoras se tornaram corriqueiras nas páginas de *A Classe Operária*, que traziam cada vez mais apelos à organização das mulheres. Surgiam comitês de donas de casa e núcleos de bairro, quase sempre tendo como principal bandeira a luta contra a carestia, conforme conclamava a já apresentada Arcelina Mochel, ainda antes de criar o *Momento Feminino*:

O despertar político das mulheres brasileiras, sua grande combatividade demonstrada ultimamente com a criação das Uniões Femininas populares para a luta contra a carestia, impõe à nossa imprensa a necessidade de

³⁰ CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e Hegemonia Burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: Edunioeste, 2010, p. 24-25.

³¹ MACEDO, *Op. cit.*, p. 40, grifos do autor.

³² MERCIER, Valentine. *Mouvements féminins et parti communist au Brésil (1945-1961)*. Paris: Éditions l’IHEAL, 2020. Conclusion, disponível em <<https://books.openedition.org/iheal/9067>>; Acesso em 04 nov 2020. Tradução minha, no original: “cette période nous semble primordiale pour comprendre la formation d’une identité sexuée politisée et les modalités de l’émergence d’une conscience de groupe.”

ajudá-las e orientá-las em sua luta e na maneira de apresentarem suas reivindicações, pois as operárias, como as donas de casa, por terem sido mantidas durante tanto tempo à margem da vida social e política, têm muito o que aprender, necessitam de uma consciência clara dos seus direitos e, sobretudo, das vantagens que lhes trará a organização para melhorar suas condições de vida e de seus filhos. Para isso deve contribuir toda a imprensa partidária, os boletins e periódicos das empresas e dos sindicatos e de todas as publicações populares econômicas e intelectuais.³³

Vale frisar nessa citação que a autora justifica histórica e socialmente a marginalidade da mulher na esfera pública – teriam pouca consciência social e capacidade de organização por terem sido mantidas no lar e excluídas dos espaços de debate e decisão, e não por questões inatas à condição feminina como era possível encontrar em outras “justificativas” da época.

Em 1947 a Federação Internacional das Mulheres organizou a Jornada Internacional das Mulheres, em Praga, na Tchecoslováquia. Durante o evento também ocorreu a primeira reunião do Conselho da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), que teve Alice Tibiriçá como delegada brasileira. Ao relatar a viagem de Tibiriçá, a *Classe Operária* fazia um balanço otimista das uniões femininas até então, projetando melhoras para os próximos meses:

Numerosas organizações femininas existem no país, de fins beneficentes, culturais, etc., de caráter oficial ou não. Algumas dessas organizações possuem muitos anos de existência com realizações interessantes.

No ano passado, entretanto, surgiram organizações femininas de novo tipo – as União Femininas – reunindo mulheres de todas as condições sociais, acima de diferenças políticas e religiosas, visando o combate à carestia de vida e a elevação do nível cultural das mulheres. [...]

As uniões femininas no Distrito Federal, apesar de ainda não terem atingido as grandes massas de mulheres, tendo apenas começado a penetrar nos bairros pobres e nas fábricas, já conseguiram algumas vitórias significativas. Citamos, por exemplo, o fornecimento de banha regularizado. A União Feminina de Riachuelo conseguiu para o seu bairro uma carroça de leite diária. A de Magarça, mantém um posto médico e uma escola de alfabetização. Também a da Favela possui uma escola desse tipo. Algumas uniões femininas mantêm cursos de corte e costura. Palestras, por líderes femininas têm sido realizadas em todas.³⁴

Em um primeiro momento, parecem claros os limites do que consistiam problemas específicos das mulheres à época segundo a visão do Partido: custo de vida, preocupação com os filhos e questões relacionadas ao lar. É importante, porém, levar em conta duas questões fundamentais na conformação dessas organizações e suas palavras de ordem: a experiência das próprias militantes e os impactos concretos que o mencionado anticomunismo produzia na vida dessas mulheres.

³³ *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 19 de outubro de 1946, p. 7.CEDEM/UNESP.

³⁴ *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 54, 08 de março de 1947, p. 5.CEDEM/UNESP.

Sobre a primeira questão, Viviane Leão faz uma importante advertência:

as mulheres e os homens do PCB não nasceram comunistas, stalinistas ou bolchevistas como se reconheciam durante a militância, e até o momento em que ocorreu a sua inserção no Partido já haviam assimilado uma cultura, caracterizada por uma realidade predominantemente ocidental. Por conseguinte, à medida que introjetavam os dogmas impostos pela organização foram construindo a sua realidade enquanto comunistas, sem porém, destituírem-se de seus antigos valores e tradições.³⁵

Ao mesmo tempo, essas mulheres eram acusadas de atacar esses valores e tradições. Algo que não só ia contra a ideia de União Nacional como ainda tinha efeitos práticos em suas vidas, conforme relata a militante paranaense Iraci Soares de Oliveira:

O Partido já tinha uma fama assim, que era... [...] Os tiras chegavam e se engraçavam dizendo: Vai, vai fundo! Ela é comunista! Porque se fosse mulher comunista, para eles era obrigada a ser prostituta. Eles achavam que a mulher comunista era depravada, sabe? Que se metia hoje com um homem, amanhã com outro. Essa era a fama que nós tínhamos.³⁶

Ao eleger a área da família e dos costumes no Pós-Segunda Guerra, o anticomunismo produziu impactos concretos na vida dessas mulheres, especialmente em relação aos órgãos de repressão. Segundo Alves, “*boa parte das preocupações anticomunistas estava relacionada à preservação da moral e da estrutura familiar que, supostamente, estava sendo posta em risco pela pregação ‘subversiva’.*” Dessa forma – sempre tendo em mente o mote da *União Nacional* – era conveniente e até mesmo estratégico ao Partido “*desvencilhar-se do estigma de destruidor da ‘moral’ e dos ‘bons costumes’.*”³⁷ Segue a autora:

Sabendo do caráter sacralizado dos papéis atribuídos ao gênero feminino – mães, irmãs, esposas e filhas, mantedoras da paz e harmonia da família – supomos que elas incorporaram o ideal de feminilidade recorrente, ressignificando a ideia de lar e taticamente solicitaram a inclusão das mulheres na política formal. Lar não se restringia ao ambiente doméstico, ao contrário, falaram de um “lar nacional”, onde as mulheres deveriam participar das tomadas de decisões para o seu bom funcionamento.³⁸

³⁵ LEÃO, Viviane Maria Zeni. *Mulheres e o imaginário comunista (uma nova história; uma história nova) 1945-1956*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba, UFPR, 2003, p. 124.

³⁶ Ibidem, p. 120.

³⁷ ALVES, Iracélli da Cruz. *A Política no Feminino: Uma História das Mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949)*. Dissertação (Mestrado em História), UFES, Feira de Santana, 2015, p. 73. A autora sugere, inclusive, compreender essa estratégia da mesma forma que tem se compreendido a FBPF: “incorporaram o discurso hegemônico acerca da feminilidade, ao mesmo tempo que reivindicavam direitos políticos e sociais.” (p. 86).

³⁸ Idem, p. 96.

Marcela Morente, nesse sentido, reconhece a importância e o avanço que esse movimento representou para as mulheres, apontando que

Entre as ações de resistência, os movimentos e associações de mulheres tiveram um papel destacado, pois além de representarem uma ameaça à ordem estabelecida, essas mulheres também representavam uma ruptura com o discurso oficial sobre o papel feminino, que idealizava a mulher brasileira como a boa mãe e boa esposa, com seu espaço circunscrito ao seu lar. A organização de associações e movimentos de mulheres contribuiu para o fortalecimento da presença feminina na esfera pública, impondo-se como agente social.³⁹

Aqui entra o conceito de espaços contra-públicos subalternos, formulado por Nancy Fraser. Segundo a filósofa, esses espaços são “*terrenos discursivos paralelos en donde los miembros de los grupos sociales subordinados inventan y hacen circular contradiscursos, que, al mismo tiempo, les permiten formular interpretaciones de oposición acerca de sus identidades, intereses y necesidades.*”⁴⁰ Esses espaços eram fundamentais para que as mulheres comunistas brasileiras pudessem se organizar, discutir, serem ouvidas. A fala em outros espaços era mais difícil de ser conquistada. Em entrevista realizada nos anos 1980, Zuleika Alembert declarou que

O machismo imperava, e isto aparecia, nitidamente, na divisão dos trabalhos. As mulheres atuavam como datilógrafas, taquígrafas nas reuniões do Partido. Serviam cafês, cozinhavam, limpavam os chamados ‘aparelhos’. Nas comissões políticas de trabalho eram geralmente eleitas para as comissões gerais, ou seja, aquelas onde cabia de tudo. Para representar o Partido nos Congressos Internacionais jamais eram eleitas e assim por diante.⁴¹

Nancy Fraser aponta que os espaços contra-públicos subalternos possuem um caráter dual, pois ao mesmo tempo em que servem para aglutinar e reagrupar um grupo subalterno, não produzem uma “guetização” na medida em que se tornam base de elaboração para atividades de agitação dirigida para um público mais amplo.⁴² Assim, ao mesmo tempo em que se agrupavam enquanto subalternas, essas mulheres apareciam no espaço público buscando sua emancipação.

Além desse “feminismo tático” e “anti-anticomunista”, é possível que essa postura e essas bandeiras decorressem também da forma como o PCB entendia que seria mais aceito entre as massas de trabalhadoras e donas de casa, como fica evidente em edição d’*A Classe Operária* do início de 1948:

³⁹ MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. *Invasão do Mundo Público: Movimentos de Mulheres (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-graduação em História Social, USP, 2015, p. 18.

⁴⁰ FRASER, Nancy. Repensar el ámbito público: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente. *Debate Feminista*, março de 1993, p. 40-41.

⁴¹ In ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. O PCB e a questão feminina (1970-1979). In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8*, 2008, Florianópolis.

⁴² FRASER, op. cit., p. 42.

É através da luta contra o aumento do preço do pão, contra a falta de carne e o aumento do preço, pela solução de problemas como o do abastecimento de água, nos bairros, etc., que se poderá trazer à luta organizada o grande número de mulheres que devem ser uma força atuante na vida nacional. [...]

Antes de se pensar no tipo de organização que é necessário fundar, é preciso que se tenha um verdadeiro conhecimento das reivindicações femininas em cada setor e, dentre essas reivindicações, saber escolher a principal, a mais sentida, capaz de despertar as massas e mobilizá-las pela sua solução.⁴³

Ou seja, ao mesmo tempo em que a incorporação de parte dos discursos hegemônicos pode ter sido uma estratégia para conquistar espaços e direitos, é possível que tenha sido também uma espécie de cálculo eleitoral.

Como forma de tentar organizar essas demandas, no ano de 1949, Alice Tibiriçá ajudou a criar a Federação de Mulheres do Estado de São Paulo (FMESP), que, se não estava umbilicalmente ligada ao PCB, estava muito perto de sua esfera de influência.⁴⁴ No mesmo ano, a própria Tibiriçá, ao lado de Arcelina Mochel, ajuda a fundar a Federação de Mulheres do Brasil (FMB). Além dessas lideranças, a entidade foi “*organizada por vários grupos de mulheres do período, como: a Associação Feminina do Distrito Federal, a Federação das Mulheres de São Paulo, a União Feminina de Minas Gerais [e] o Comitê de Mulheres de Pernambuco*”,⁴⁵ e tinha como grande proposta “*organizar a ação das mulheres nas questões relativas a seus direitos, à proteção, à infância e à paz mundial, mas principalmente mobilizar campanhas contra a carestia de vida*”.⁴⁶

As organizações de mulheres ganhavam protagonismo na vida pública brasileira e, com isso, atraíam os olhos da repressão – sobretudo depois que o PCB foi colocado na ilegalidade (maio de 1947), o que deu novo fôlego ao anticomunismo do período. Há diversos relatórios do DOPS sobre as atividades e reuniões de diferentes organizações femininas. Diversas uniões femininas foram monitoradas bem de perto pela polícia política. Boletins foram apreendidos, reuniões foram transcritas com riqueza de detalhes e suas militantes foram identificadas e investigadas.⁴⁷

Ainda no ano de 1949 a FMB organizou a I Conferência Nacional Feminina, no Rio de Janeiro, e nos anos seguintes enviou representantes para uma série de eventos internacionais organizados pela Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), como o Congresso da Paz (Estocolmo, 1950), Congresso dos Povos pela Paz (Viena, 1952 e 1954), Congresso Mundial de Mulheres (Copenhague,

⁴³ *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, s/n, data ilegível (fevereiro de 1948), s/p. CEDEM/UNESP.

⁴⁴ MORENTE, *op. cit.*, p. 29.

⁴⁵ ALVES, *A Política no Feminino...* p. 25.

⁴⁶ Leão, *op. cit.*, p. 264-265.

⁴⁷ Para alguns relatos de atividades repressivas descritas nesses relatórios, ver NUNES, *op. cit.*

1953) e o Congresso Mundial de Mães (Lausanne, 1955).⁴⁸ Todos tinham o tema da paz como ponto essencial.

A campanha – ou movimento – pela paz foi a principal bandeira dos comunistas ao redor do mundo nos anos 1950. Iniciado em 1948, na Polônia, o movimento cresceu com o Apelo de Estocolmo e a Campanha pela Proibição das Armas Atômicas.⁴⁹ A campanha pela paz teria forte protagonismo feminino, ainda mais quando somou-se à luta contra a Guerra da Coreia e o envio de tropas brasileiras.⁵⁰ O esforço das mulheres brasileiras chegou a ser reconhecido pela URSS, com Elisa Branco recebendo o prêmio Stálin da Paz, em dezembro de 1952.⁵¹

Em 1951 as mulheres comunistas brasileiras chegaram a organizar um Congresso de Mães contra a carestia de vida e em defesa da paz. Das 231 delegadas, mais da metade eram donas de casa,⁵² o que corrobora a ideia lançada antes: o foco nas pautas referentes à economia doméstica dialogava com a base que estava ingressando no PCB.

Os golpes sofridos entre 1947 e 1948 (cassação da legenda e, em seguida, dos mandatos parlamentares) fizeram com que o Partido desse um “giro à esquerda”, aderindo a uma linha que seria consagrada no Manifesto de Agosto de 1950.⁵³ O Partido abandonou algumas frentes e ideias de unidade, sobretudo no meio sindical, mas as uniões femininas permaneceram e até cresceram ao longo dos anos 1950 em torno dos discursos pela paz, contra a Guerra da Coreia e contra a carestia, como exposto acima. Parece que esse esforço voltado à arregimentação e organização feminina não sofreu com a mudança de rumo.⁵⁴

⁴⁸ Cf. MACEDO, *op. cit.*, pp. 165-207; ALVES, *op. cit.*, 2017.

⁴⁹ RIBEIRO, Jayme. Os “combatentes da paz”: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 261-283, Dec. 2008, p. 262 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321862008000200008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 Mai 2018.

⁵⁰ Em seu relato autobiográfico, o militante catarinense Manoel Alves Ribeiro, o “Seu Mimo”, relembra de forma muito carinhosa de todo mundo que, em algum momento, militou ao seu lado, escrevendo as seguintes linhas sobre as mulheres: “*Entro na fila, olho e vejo ao lado também as nossas companheiras de lutas pelo monopólio estatal do petróleo, contra o envio de nossos jovens para a Coreia, pela paz e pelo socialismo.*” RIBEIRO, Manoel Alves. *Caminho*. Florianópolis: Garapuvu, 2001, p. 372

⁵¹ LEÃO, *op. cit.*, p. 104.

⁵² *A Classe Operária*, n. 405, 1 de outubro de 1951, p. 2. CEDEM/UNESP.

⁵³ Cabe mencionar que o dito manifesto, apesar de ser lembrado sempre como esquerdista e sectário, defende explicitamente a eliminação de todas as discriminações, citando o racismo, os povos indígenas e a luta pela “abolição de todas as desigualdades econômicas e jurídicas que ainda pesam sobre a mulher”, o que talvez explique a continuidade das organizações aqui expostas. Cf. ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente desentorno: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964. In MAZZEO, Antônio Carlos; LAGO, Maria Izabel (Orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

⁵⁴ Há alguns relatos memoriais de antigos militantes comunistas que enfatizam a força dessa campanha. Destacamos aqui mais uma vez o de Manoel Alves Ribeiro, o “Seu” Mimo, ao relatar que os comunistas catarinenses conseguiram mais de 100 mil assinaturas pela paz somente em Florianópolis: “*A história um dia registrará esse fato, não como a luta de personalidades, de governos e autoridades das classes dominantes, da burguesia e dos latifundiários, mas sim do*

Se analisarmos rapidamente alguns dos itinerários da FMB, perceberemos como seus caminhos e políticas se misturaram aos do PCB, e que, na prática, essa tática de união e “frente ampla” permaneceu. Segundo o *Dicionário de Mulheres*,

Em fevereiro de 1951, a FMB participou, através da delegada Ofélia do Amaral Botelho, da reunião do Conselho da Federação Democrática Internacional de Mulheres, realizada em Berlim. Em junho do mesmo ano, foi realizado o I Congresso Nacional da Federação, em São Paulo, com a presença das filiadas estaduais. No ano seguinte, no Rio de Janeiro, a 1ª Assembleia Nacional de Mulheres discutiu o princípio da igualdade de salário para homens e mulheres, a aposentadoria aos 25 anos de serviço e a obrigatoriedade de instalação de creches nas grandes empresas. Em 1953, as mulheres novamente se organizaram contra a carestia, realizando a Passeata da Panela Vazia. Além desse movimento, participaram da Greve dos 300 mil, ocupando espaços e instalando departamentos femininos nos sindicatos. A luta da FMB teve grande repercussão, e o presidente Vargas enviou ao Congresso Nacional uma lei de defesa da economia popular, a célebre Lei Delegada nº 4, que conferia amplos poderes às autoridades públicas para defender os interesses da população. Aprovada a lei no Congresso (até hoje não foi revogada), foi criado um órgão público para aplicá-la, a Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab).⁵⁵

O Congresso Mundial de Mulheres de 1953, realizado em Copenhague reuniu a maior delegação brasileira até então: foram 17 representantes.⁵⁶ Em 1955, já findada a guerra da Coreia, as comunistas da FDM começaram a divulgar a organização de um Congresso Mundial de Mães para o mês de junho daquele ano, em Paris. Com o discurso moderado e de união, foi possível atrair para a organização de uma Assembleia Nacional de Mães entidades como a Associação Feminina Cristã e o Departamento Feminino do PTB,⁵⁷ por exemplo. Tudo isso funcionaria ao mesmo tempo como uma espécie de movimento de solidariedade e preparativo para o dito Congresso Mundial de Mães. As mulheres brasileiras, impulsionadas pela FMB, se comprometeram a colher assinaturas em apoio ao Apelo de Estocolmo.

Ao justificar a existência de tal congresso, é possível perceber uma espécie de instrumentalização dos papéis atribuídos ao gênero feminino na conformação de um discurso que lhes garantiria legitimidade:

operariado, do povo pobre do morro, que, com seu alto patriotismo e dever de ser humano, contribuiu para a paz universal, salvando a vida, talvez, de todos os habitantes do globo terrestre, pois a guerra, nessas alturas, seria atômica e não restaria ninguém.” RIBEIRO, *Op. cit.*, p. 61.

⁵⁵Verbete “Federação de Mulheres do Brasil, In SHUMAHHER; BRAZIL, *op. cit.*, p. 265.

⁵⁶ Segundo Macedo, “A delegação era quase toda proveniente do eixo Rio-São Paulo, os polos mais ativos então tendo porém o Rio Grande do Sul sido representado por Odith Saldanha.” Cf. MACEDO, *Op. cit.*, p. 220.

⁵⁷ *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, n. 110, março-abril 1955, p. 20. HDB/BN, acesso em 25 mai 2018.

Para todas as mães, para todas as mulheres, a preparação do Congresso deve ser uma série de ações concretas contra todas as formas que tomam os preparativos de guerra, contra suas consequências sobre a vida das famílias, contra as ameaças que pairam sobre seus filhos. O Congresso fará ressoar a voz das mães qualquer que seja sua idade ou a idade de seus filhos, que queiram protegê-los e defendê-los.⁵⁸

É claro que uma grande parte das congressistas e organizadoras poderiam simplesmente acreditar nessa ideia de fato. De qualquer forma, convém destacar que, além de mulheres, as congressistas eram mães, e ao defenderem a paz não indicavam pensar apenas em si, mas em seus filhos e familiares, o que lhes garantia maior legitimidade para participar de debates públicos. Um Congresso Mundial de Mães parecia um bom escudo em um momento em que a Igreja Católica afirmava que a URSS havia sido transformada em uma “Sodoma e Gomorra dos tempos modernos” e que os bolcheviques haviam transformado “*a velha Rússia num espetáculo de degradação de costumes e excessos sensuais pior que o mundo pagão*”.⁵⁹

O Congresso Mundial de Mães ocorreu em Lausane, na Suíça, entre 7 e 11 de julho. De acordo com a correspondente do *Momento Feminino*, o Congresso contou com 100 delegadas representando mulheres operárias e camponesas, 23 representando as cientistas e 11 as estudantes.⁶⁰ A delegação brasileira contou com 26 mulheres entre FMB, Departamento Feminino do PTB, representantes sindicais e diversas outras associações femininas.⁶¹

As Uniões Femininas demonstravam vitalidade, mas em junho de 1956 surgiam boatos de que o DOPS pediria ao presidente Juscelino Kubitschek o fechamento da FMB, a principal organização de mulheres naquele período. Sua presidenta, Branca Fialho, prontamente solicitou uma audiência com o presidente. JK, contudo, sequer recebeu a FMB e decretou seu fechamento no final de 1956.⁶² Segundo Elza Macedo,

A tolerância com a ilegalidade do PCB exigia a contrapartida de condição de não provocar tumultos e sob essa argumentação, [JK] fecha o Sindicato dos Estivadores e a Liga de Emancipação Nacional, onde também atuavam os comunistas. Essa parece a explicação convincente para que em 1958 [na verdade foi em 1956], JK feche temporariamente a FMB.⁶³

Com o cerco policial, parece que as organizações femininas vão perdendo força. O Golpe de 64 talvez tenha sido a pá de cal nessas iniciativas. Em *Resistência*

⁵⁸ Idem, p.20. Segundo Elza Macedo, o Congresso teve apoio até de Eleanor Roosevelt e a Rainha Elizabeth, da Bélgica. Cf. MACEDO, *op. cit.*, p. 231.

⁵⁹ Cf. MOTA, *op. cit.*, p. 91 e 100.

⁶⁰ *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, n. 112, julho-agosto 1955, p. 21. HDB/BN, acesso em 25 mai 2018.

⁶¹ A notícia e a delegação completa estão em *Momento Femino*, Rio de Janeiro, n. 112, julho-agosto 1955, p. 22. HDB/BN, acesso em 25 mai 2018. As siglas não são explicadas.

⁶² *Imprensa Popular*, Rio de janeiro, n. 2022, 24/01/1957, p. 1. HDB/BN, acesso em 25 mai 2018.

⁶³ MACEDO, *op. cit.*, p. 237.

ou conformismo, Carlos Marighella, logo após o golpe, se referia da seguinte maneira ao período anterior:

Antes tínhamos a chamada democracia representativa. Nela, a inflação prosseguia em sua marcha acelerada. Os trustes norte-americanos mandavam. O latifúndio predominava milhões de homens do povo não podiam votar. Os comunistas não podiam ser eleitos, ainda que pudessem votar. Era uma *democracia racionada*. E racionada por isto. Porque os direitos individuais pelo menos eram respeitados, mas as restrições à participação do povo nessa democracia eram flagrantes. E injustas.⁶⁴

O caráter racionado dessa democracia fica ainda mais evidente quando percebemos os empecilhos e vigilâncias que se abateram sobre as mulheres comunistas brasileiras e suas organizações.

Considerações finais

No imediato pós-Segunda Guerra, o Partido Comunista do Brasil empreendeu grande esforço para tornar-se uma organização de massa, que abarcasse diversas frentes de atuação. No entanto, são notórios os limites impostos pela realidade brasileira para o desenvolvimento dessa política. Logo em 1947, o Partido volta à ilegalidade, o que faria com que a direção formulasse programas sectários. A partir do Manifesto de Agosto de 1950, o PCB vai consagrar a linha radical iniciada em 1948 após a declaração de ilegalidade do Partido.

O caso das mulheres, porém, é diferente. Pela imprensa do partido é possível perceber diálogos e articulações com diversas entidades. Se ao longo dos anos 1920 e 1930 o PCB fez questão de apontar o que compreendia como limites do feminismo dito burguês, nos anos 1940 e 1950 – mesmo após o “giro esquerdista” do Partido – foram encontradas diversas ações conjuntas e textos elogiosos aos diferentes feminismos brasileiros.

Ao fim, cabe dizer que não parece ser fortuito que entre os anos de 1945 e 1947 o Partido tenha eleito, para os padrões da época, um razoável número de mulheres para o parlamento brasileiro (seja como Deputadas Estaduais, Federais e Vereadoras). Apesar de todos os percalços e descaminhos, as mulheres comunistas construíram seus espaços de militância e atuação política. Constituíram, assim, uma importante ponte entre a esquerda organizada e o movimento de mulheres, escrevendo um significativo capítulo da história das lutas das mulheres brasileiras.

Artigo recebido em 4.8.2020

Aprovado em 23.9.2020

⁶⁴ In MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979, p. 9.